



CAROLUS XIII

ROYO Y IMPERAD

A.S. 328

No.7 de 2025

Uma Ato relativo para o Processo e o Estabelecimento de Regulamentos para a Aquisição de Bens e Serviços pelo Governo de Sua Majestade Imperial.

Sanção concedida no dia 1 de abril, 2025



SARHOLM



aya seo donir plisir eun Seito Majis Imperial y Stefanica, pur Seito Majis y pul y pur tel consei y sazion eui tel Parlamente eui tel Rozirre, comaria tel segeoare:

- 1. Título curto** Este ato pode ser conhecida como o *Ato de Compras Governamentais de 328 AS*.
- 2. Introdução** A história financeira da Sarovia sempre deu preferência a corporações que fornecem bens, serviços e obrigações para o Governo de Sua Majestade Imperial. Dessa forma, o Governo Imperial é o principal comprador de bens, serviços e obrigações em todo o Império. Esta Lei tem como objetivo oferecer proteções e criar diretrizes regulatórias para todos os fabricantes, incluindo direitos e direitos autorais, de acordo com a Constituição Saroviana.
- 3. Fabricantes** O Estado saroviano, de acordo com a Constituição, deve oferecer ajuda aos fabricantes sarovianos. Um fabricante saroviano deve ser definido por:
 - a) Uma corporação legalmente estabelecida de acordo com a lei saroviana, reconhecida pelo Governo Imperial;
 - b) Cria um determinado bem ou realiza um serviço específico, ou oferece consultoria, assessoria ou consultas para o bem público; e
 - c) Faz isso de maneira que atenda a todos os requisitos de acordo com a lei.
- 4. Aquisição** A aquisição deve ser definida como o método pelo qual o Governo de Sua Majestade Imperial busca obter um bem ou serviço que o Governo não pode produzir por si mesmo. O Governo de Sua Majestade Imperial deve considerar a aquisição de bens e serviços de corporações sarovianas em primeiro lugar, antes de procurar fabricantes e corporações estrangeiras para criar os bens ou serviços desejados.

Se o Governo ou qualquer empreiteiro contratado pelo Governo identificar um fabricante que esteja prontamente disponível para produzir tal bem ou serviço com a qualidade desejada, o Ministério do Governo responsável pela aquisição deverá enviar um Documento de Solicitação de Aquisição ao Parlamento, que será encaminhado a um Comitê Parlamentar para discussão. O Documento de Solicitação de Aquisição deve descrever o preço que o governo pagará por esses serviços, se é um serviço de assinatura ou recorrente, e todas as partes e detalhes envolvidos. Os parlamentares devem determinar se o Documento de Solicitação de Aquisição é satisfatório e devem aprová-lo por maioria de votos. Eles podem propor emendas para o Ministério do Governo devolver ao fabricante.
- 5. Finalização** Depois que todas as partes concordarem com um documento de solicitação de aquisição, o Gabinete do Governo de Sua Majestade Imperial deverá votar e, por maioria de votos, concordar com um Contrato de Aquisição, que detalha todos os acordos e as penalidades em caso de não conclusão. Uma vez aprovado, ele se torna um documento legal oficial e deve ser exibido publicamente com todos os detalhes e informações, e o pagamento é liberado pelo Conselho do Tesouro.
- 6. Pagamento e pagamentos recorrentes** Nenhuma forma de pagamento que não seja Saros ou propriedade deve ser recompensada em qualquer Documento de Aquisição ou Contrato de Aquisição, nem qualquer título ou honorífico pode ser recompensado. Qualquer Contrato de Aquisição que prometa pagamento em troca de produção e fabricação repetidas do mesmo bem ou serviço não

precisa de vários Contratos de Aquisição, e o pagamento pode ser liberado por meio do Conselho do Tesouro em cada produção.

*© Seito Majis Imperial tel Royo do tel Sarovi
y Imperad eui tel Comune Sarovi, terrier reperelir
pur tel Parlamente Imperial y tel Ministe eui tel
Publiqua Travalos y Government Sevisos.*